

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO
SANTOS DUMONT

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Sócios e Administradores da
Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont
Macaíba - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 14 de fevereiro de 2020.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2019	2018		Nota explicativa	2019	2018
Circulante - Recursos com restrição				Circulante - Recursos com restrição			
Contrato de Gestão - MEC				Contrato de Gestão - MEC			
Caixa e equivalentes de caixa	3	18.927.706	9.590.513	Contrato de Gestão	12	26.563.059	16.862.253
Adiantamentos e outros créditos	5	91.351	96.887	Obrigações tributárias	8	16.076	12.177
		19.019.057	9.687.400	Obrigações sociais	9	112.240	171.673
Verba FMS Macaiba				Contas a pagar	10	38.731	167.653
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.082.521	2.781.693	Provisões de férias e encargos	11	293.296	573.014
Adiantamentos e outros créditos	5	50.586	18.443	Provisão para passivo contingente	13	18.413	-
		2.133.107	2.800.136			27.041.815	17.786.770
Circulante - Recursos sem restrição				Verba FMS Macaiba			
Verba Livre				Contrato FMS Macaiba	12	1.625.388	2.623.458
Caixa e equivalentes de caixa	3	25.510	26.161	Obrigações tributárias	8	3.742	-
		25.510	26.161	Obrigações sociais	9	104.581	37.032
Verba Prefeitura				Contas a pagar	10	27.808	18.464
Caixa e equivalentes de caixa	3	157.022	243.259	Provisões de férias e encargos	11	401.331	145.218
Valores a receber	4	71.356	141.734			2.162.850	2.824.172
		228.378	384.993	Circulante - Recursos sem restrição			
Total ativo circulante		21.406.052	12.898.690	Verba Prefeitura			
Não circulante - Recursos com restrição				Obrigações tributárias	8	1.502	1.012
Contrato de Gestão - MEC				Obrigações sociais	9	611	1.290
Intangível	7	14.660	14.660	Contas a pagar	10	18.000	22.555
Imobilizado	7	9.436.703	9.073.138			20.113	24.857
(-) Depreciação acumulada	7	(1.428.605)	(988.427)	Total passivo circulante		29.224.778	20.635.799
		8.022.758	8.099.371	Não circulante - Recursos com restrição			
Bens de terceiros	6.1	19.148.158	19.318.731	Contrato de Gestão - MEC			
Bens de terceiros - UFRN	6.2	65.411.455	65.411.455	Bens de terceiros	6.1	19.148.158	19.318.731
Bens de terceiros - Secretaria de Saúde Macaiba	6.3	367.960	-	Bens de terceiros - UFRN	6.2	65.411.455	65.411.455
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens de terceiros	6.4	(13.076.822)	(8.519.033)	Bens de terceiros - Secretaria de Saúde Macaiba	6.3	367.960	-
Bens administrados de terceiros		105.090	105.090	(-) Ajuste de vida útil econômica - bens de terceiros	6.4	(13.076.822)	(8.519.033)
		71.955.841	76.316.243	Bens administrados de terceiros		105.090	105.090
		79.978.599	84.415.614			71.955.841	76.316.243
Verba FMS Macaiba				Não circulante - Recursos sem restrição			
Imobilizado	7	36.956	27.609	Verba Livre			
(-) Depreciação acumulada	7	(7.214)	(3.573)	Bens recebidos em doação - a realizar		5.144	586
		29.742	24.036			5.144	586
Não circulante - Recursos sem restrição				Total passivo não circulante			
Verba Livre						71.960.985	76.316.829
Imobilizado	7	5.999	1.099	Patrimônio líquido			
(-) Depreciação acumulada	7	(855)	(513)	Patrimônio social	18	406.094	311.167
		5.144	586	(Déficit) superávit acumulado		(153.237)	94.927
Verba Prefeitura						252.857	406.094
Imobilizado	7	24.217	22.732	Total do passivo e patrimônio líquido			
(-) Depreciação acumulada	7	(5.134)	(2.936)			101.438.620	97.358.722
		19.083	19.796	Total do ativo			
Total ativo não circulante		80.032.568	84.460.032			101.438.620	97.358.722
Total do ativo		101.438.620	97.358.722				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita Bruta Prestação de Serviços Saúde			
Receita operacional - MEC			
Contrato de Gestão realizado	19	8.040.779	12.209.425
Voluntários (+)	22	26.460	19.866
Isenções (+)	19	1.724.886	553.801
		<u>9.792.125</u>	<u>12.783.092</u>
Receita Operacional - Prefeitura (SUS)			
Prestação de serviços		206.774	162.325
Convênio Prefeitura		-	360.004
(-) Cofins		-	(4.300)
		<u>206.774</u>	<u>518.029</u>
Receita Operacional - Verba Livre			
Doações		2.500	12.935
		<u>2.500</u>	<u>12.935</u>
Receita Operacional - FMS Macaíba			
Contrato FMS Macaíba realizado	19	3.591.077	2.192.315
		<u>3.591.077</u>	<u>2.192.315</u>
Receita líquida	19	<u>13.592.476</u>	<u>15.506.371</u>
Despesas operacionais - MEC	20		
Despesas gerais - Sede		(2.220.923)	(2.575.526)
Despesas gerais - CP IIN-ELS Macaiba		(4.028.277)	(4.831.905)
Despesas gerais - CEP Saúde		(1.730.307)	(3.705.077)
Despesas gerais - CEC Macaíba		(3.160)	(78.714)
Despesas gerais - CEC Serrinha		(3.568)	(186.093)
Despesas gerais - CEC Natal		(2.410)	(207.045)
Despesas gerais - Campus do Cérebro		(52.134)	(625.065)
Voluntários (-)	22	(26.460)	(19.866)
Isenções (-)	20	(1.724.886)	(553.801)
		<u>(9.792.125)</u>	<u>(12.783.092)</u>
Despesas Operacionais - Prefeitura (SUS)	20		
Despesas administrativas		(367.329)	(454.035)
Despesas tributárias		(332)	(2.255)
		<u>(367.661)</u>	<u>(456.290)</u>
Despesas Operacionais - Verba Livre	20		
Despesas administrativas		(21.294)	(32.715)
Despesas tributárias		(1.634)	(95)
		<u>(22.928)</u>	<u>(32.810)</u>
Despesas Operacionais - FMS Macaiba	20		
Despesas administrativas		(461.572)	(402.191)
Despesas com pessoal		(3.127.124)	(1.766.550)
Despesas tributárias		(650)	(22.226)
Despesas financeiras		(1.731)	(1.348)
		<u>(3.591.077)</u>	<u>(2.192.315)</u>
(=) (Déficit) Superávit antes do resultado financeiro		<u>(181.315)</u>	<u>41.864</u>
Resultado financeiro - Prefeitura (SUS)	21		
Receitas financeiras		9.908	15.665
Despesas financeiras		(1.607)	(1.003)
		<u>8.301</u>	<u>14.662</u>
Resultado financeiro - Verba Livre			
Receitas financeiras		679	962
Despesas financeiras		(1.073)	(2.030)
		<u>(394)</u>	<u>(1.068)</u>
Outras Receitas/Despesas - Verba Livre			
Outras Receitas		20.171	39.469
		<u>20.171</u>	<u>39.469</u>
(=) (Déficit) Superávit do exercício		<u>(153.237)</u>	<u>94.927</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	176.269	134.636	310.905
Incorporação do superávit do exercício anterior	134.636	(134.636)	-
Ajuste de exercícios anteriores	262	-	262
Superávit do exercício	-	94.927	94.927
Saldos em 31 de dezembro de 2018	311.167	94.927	406.094
Incorporação do superávit do exercício anterior	94.927	(94.927)	-
Déficit do exercício	-	(153.237)	(153.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	406.094	(153.237)	252.857

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) Superávit do exercício	(153.237)	94.927
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação	458.196	452.794
Provisão para contingências	18.413	-
	<u>323.372</u>	<u>547.721</u>
Variações nos ativos e passivos - MEC		
Adiantamentos e outros créditos	5.536	384.009
Obrigações tributárias	3.899	(52.357)
Obrigações sociais	(59.433)	(318.233)
Contas a pagar	(128.922)	(690.579)
Provisões de férias e encargos	(279.718)	(261.659)
	<u>(458.638)</u>	<u>(938.818)</u>
Variações nos ativos e passivos - Prefeitura		
Valores a receber	70.378	(102.833)
Obrigações tributárias	490	661
Obrigações sociais	(679)	1.290
Contas a pagar	(4.555)	15.820
	<u>65.634</u>	<u>(85.062)</u>
Variações nos ativos e passivos - Verba FMS Macaíba		
Adiantamentos e outros créditos	(32.143)	(16.013)
Obrigações tributárias	3.742	(398)
Obrigações sociais	67.549	2.924
Contas a pagar	9.344	(297.263)
Provisões de férias e encargos	256.113	91.905
	<u>304.605</u>	<u>(218.845)</u>
Variações nos ativos e passivos - Verba Livre		
Contas a pagar	-	(1.289)
	<u>-</u>	<u>(1.289)</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>234.973</u>	<u>(696.293)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição imobilizado tangível - MEC	(384.197)	(2.058.477)
Aquisição imobilizado intangível - MEC	-	(2.980)
Aquisição imobilizado tangível - Prefeitura	(2.984)	(1.499)
Aquisição imobilizado tangível - Verba FMS Macaíba	(9.347)	(3.321)
Aquisição imobilizado tangível - Verba Livre	(4.900)	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	10.294	5.807
Baixa de depreciação de bens do ativo imobilizado	-	(2.023)
Baixa de bens administrados de terceiros	-	186.921
Baixa de bens de terceiros	-	(11.862.340)
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>(391.134)</u>	<u>(13.737.912)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contrato de Gestão - MEC	9.700.806	12.298.115
Recursos Verba FMS Macaíba	(998.070)	407.544
Bens recebidos em doação - a realizar	4.558	(220)
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>8.707.294</u>	<u>12.705.439</u>
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.551.133</u>	<u>(1.728.766)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.641.626	14.370.392
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.192.759	12.641.626
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.551.133</u>	<u>(1.728.766)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

Contexto operacional

O Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont (“Entidade” ou “Instituto”) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e qualificada como OS (Organização Social) nos termos da lei 9.637 de 15 de maio de 1998, através de Decreto Presidencial de 27 de fevereiro de 2014 e publicado no Diário Oficial da União em 28 de fevereiro de 2014. O Instituto obteve a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, conforme processo nº 25000.496616/2017-51, publicado através da Portaria nº 1.592 de 04 de outubro de 2018. Constituído em 25 de setembro de 2013, o Instituto possui sua sede administrativa e filiais na cidade de Macaíba, estado do Rio Grande do Norte.

O Instituto tem por missão/objetivo o desenvolvimento de ações e projetos nas áreas de educação, promovendo o ensino em todos os seus níveis, e de pesquisa científica, inclusive pesquisas de ponta em múltiplas áreas da ciência e do conhecimento, envolvendo projetos de âmbito educacional, social e de desenvolvimento econômico, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento da educação, da ciência, da saúde e da tecnologia no Brasil, por meio de suas unidades próprias e das unidades a ele associadas. Poderá ainda o Instituto prestar serviços na área da saúde materno infantil e suas interfaces com neurociências, neuroengenharia e reabilitação motora sensorial, visando a formação de profissionais da área de saúde.

Em julho de 2014 o Instituto firmou Contrato de Gestão tendo o Ministério da Educação – MEC atuando na qualidade de Órgão Supervisor e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN atuando na qualidade de Órgão Interveniente, com o objetivo de realizar a implantação e gerir o funcionamento do Campus do Cérebro, que desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão em uma área de 99,5 hectares, no município de Macaíba-RN. O Plano de trabalho a ser executado pelo Instituto engloba Metas e Indicadores de: Desempenho, Diretrizes Estratégicas, Sistemas de Avaliação e as Principais Ações no período 2014-2017 (prazo de execução do Contrato de Gestão). Em 28 de dezembro de 2017 foi assinado o 4º Termo Aditivo do Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31 de dezembro de 2018. Em 21 de novembro de 2018 foi assinado o 6º Termo Aditivo do Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2019. Em 26 de dezembro de 2019 foi assinado o 8º Termo Aditivo do Contrato de Gestão que prorrogando o prazo de vigência até 31/12/2020.

No âmbito da assistência em saúde, o CEPS Anita Garibaldi foi habilitado, conforme a Portaria nº 1.430/SAS/MS, de 17 de outubro de 2016, como Centro Especializado em Reabilitação CER-III, o qual oferece assistência a 03 tipos de deficiências: Auditiva, Motora e Intelectual. Em 21 de dezembro de 2018, foi firmado, o Termo de Convênio entre o Fundo Municipal de Saúde e o Instituto, com previsão de valor global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2019.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e nas disposições da ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucro e pelas normas completas (IFRS completas), para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucro.

A Administração do Instituto aprovou as demonstrações contábeis e sua divulgação em 14 de fevereiro de 2020.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis da Entidade. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, através da IFRS 9, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme abaixo:

Custo amortizado: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;

Valor justo por meio do resultado: Todos os demais ativos financeiros.

Custo Amortizado

De acordo com o modelo de negócios da Empresa, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ou seja:

Os ativos financeiros da Entidade são: contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto prazo eventualmente registrados.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado

Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros: fornecedores, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar.

2.6. Contas a receber

As contas a receber do Instituto são avaliadas no momento inicial pelo valor presente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7. Os terrenos não são depreciados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para o Instituto. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.9. Intangível

Refere-se a gastos pré-operacionais, que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se for o caso.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.12. Provisões

Reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.13. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

2.14. Apuração do superávit (déficit)

O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. As receitas e despesas foram aplicadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto Social.

As receitas do Instituto são provenientes de contratos com órgãos públicos, prestações de serviços, doações e outras captações de recursos. Os contratos possuem metas pactuadas que devem ser atingidas.

2.15. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Corrente

Em virtude do Instituto ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 184 do Regulamento de Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF).

2.16. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB / CPC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019. Segue abaixo a avaliação do Instituto dos impactos destas novas normas e interpretações.

IFRS 16 Leases

O IFRS 16 (CPC 06) tornou-se obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substituiu o IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permaneceram substancialmente os mesmos em comparação às normas anteriores. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Essa norma não trouxe impactos relevantes para as demonstrações contábeis da Entidade.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a recursos recebidos para aplicação nas finalidades descritas:

Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Educação – MEC: Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS); e do Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS), ambos localizados em Macaíba-RN.

Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde – FMS: Implantação e Operação do Centro Especializado em Reabilitação (Auditiva, Física e Intelectual) na unidade do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS).

	Órgão	2019	2018
Caixa (Sede)	MEC	340	228
Caixa (CP – IIN-ELS Macaíba)	MEC	949	1.808
Caixa (CP – Saúde)	MEC	1.868	1.603
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	MEC	6.000.000	396
Banco do Brasil (Aplicação)	MEC	12.924.549	9.586.478
		<u>18.927.706</u>	<u>9.590.513</u>
Caixa (FMS)	FMS	60	199
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	FMS	-	48.712
Banco do Brasil (Aplicação)	FMS	2.082.461	2.732.782
		<u>2.082.521</u>	<u>2.781.693</u>
Caixa e equivalentes de caixa – Com restrição		21.010.227	12.372.206
Banco do Brasil (Aplicação)	Recursos próprios	25.510	26.161
Banco do Brasil (Aplicação)	Pref. Mun. Macaíba	157.022	243.259
Caixa e equivalentes de caixa – Sem restrição		182.532	269.420
		<u><u>21.192.759</u></u>	<u><u>12.641.626</u></u>

As aplicações financeiras são compostas principalmente de certificados de depósitos bancários, cuja liquidez é imediata com taxa de remuneração média de 6,42% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), mantidos em bancos com bom rating de avaliação e com boa reputação no mercado.

4. Valores a receber

	2019	2018
Convênio Prefeitura – Faturamento	61.356	11.734
Convênio Prefeitura – Verba STORCH	10.000	130.000
	<u>71.356</u>	<u>141.734</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a análise do vencimento do saldo do Contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

Contas a receber por idade de vencimento	2019	2018
A vencer	<u>71.356</u>	<u>141.734</u>
	<u><u>71.356</u></u>	<u><u>141.734</u></u>

5. Adiantamentos e outros créditos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
MEC		
Empréstimos a receber – Filiais	998	14.673
Adiantamento de férias	87.948	57.847
Adiantamento para despesas	-	19.649
Impostos a compensar	-	473
Seguros a apropriar	2.405	4.245
Total MEC	91.351	96.887
FMS		
Adiantamento de férias	50.586	18.293
Adiantamento para despesas	-	150
Total FMS	50.586	18.443
	<u>141.937</u>	<u>115.330</u>

Este grupo é composto pelos seguros contratados do exercício 2019, cujo período de vigência beneficiam o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos diversos, empréstimos entre as filiais e valores a recuperar das atividades operacionais.

6. Bens de Terceiros – Contas de compensação

Conforme permitido no item 26 do ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade controla em conta de compensação transações ao direito de uso dos bens de terceiros.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bens de terceiros	19.148.158	19.318.731
Bens de terceiros – UFRN	65.411.455	65.411.455
Bens de terceiros - Secretaria de Saúde Macaíba	367.960	(-)
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens de terceiros	(13.076.822)	(8.519.033)
Bens administrados de terceiros	105.090	105.090
	<u>71.955.841</u>	<u>76.316.243</u>

6.1. Acordo de Cooperação Científica

Refere-se a um Acordo de Cooperação Científica assinado entre o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont e a Associação Alberto Santos Dumont para Apoio a Pesquisa – AASDAP. Tem por finalidade viabilizar o funcionamento do Instituto, permitindo o uso de todos os bens e equipamentos disponíveis, uma vez que a AASDAP possuía estrutura nos respectivos locais.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IIN-ELS Macaíba	15.804.183	15.811.639
CEP Saúde	3.343.975	3.507.092
	<u>19.148.158</u>	<u>19.318.731</u>

6.2. Cessão de uso de bem público

A cessão de uso de bem público tem por objeto a cessão de uso de uma área de 995.000 m² (novecentos e noventa e cinco mil metros quadrados) e das benfeitorias (acessões físicas) nela existentes, além do patrimônio móvel de propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, inclusive aqueles até então na posse da AASDAP em razão dos contratos de gestão do Centro Educacional de Macaíba e do Centro de Pesquisa de Macaíba.

Consolidação do patrimônio móvel e imóvel objeto do contrato de cessão			Descrição	Qtd	2019	2018
UFRN x ISD - Projeto Campus do Cérebro						
ESCOLA LÍGIA LAPORTA	Orçamento MEC	bens móveis	Mobiliário	663	370.573	370.573
	Orçamento MEC	bens móveis	Equipamentos	52	200.435	200.435
	Orçamento MEC	bens imóveis	Edificação	1	23.345.499	23.345.499
Soma Parcial I					23.916.507	23.916.507
Centro de pesquisa	Orçamento MEC	bens móveis	Equipamentos	13	1.236.783	1.236.783
Equipamentos/Mobiliário antes na posse da AASDAP		bens móveis	Mobiliário/ Equipamentos	240	733.597	733.597
	Orçamento MEC	bens imóveis	Edificação		20.452.600	20.452.600
Soma Parcial II					22.422.980	22.422.980
Campus do cérebro (terra nua e infraestrutura)						
Gleba de 99,5 ha - sem benfeitorias		bens imóveis	Edificação	1	16.746.927	16.746.927
Rede de Distribuição de Energia		bens imóveis	Obra	1	782.236	782.236
Projetos e Infraestrutura Viária		bens imóveis	Obra	1	1.542.805	1.542.805
Soma Parcial III					19.071.968	19.071.968
Consolidação do patrimônio móvel e imóvel objeto do contrato de cessão						
UFRN x ISD - Projeto Campus do Cérebro						
CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO OBJETO DA CESSÃO POR PRAZO DE						
25 ANOS (I + II + III)		bens imóveis		5	62.870.067	62.870.067
		bens móveis		968	2.541.388	2.541.388
CONSOLIDAÇÃO GERAL DO OBJETO DA CESSÃO					65.411.455	65.411.455

6.3. Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba

Refere-se a um Termo de Cessão de Uso de Bem Público assinado entre o Instituto e a Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba. Tem por finalidade viabilizar o transporte de pacientes, através de furgões adaptados, para compor a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

	2019	2018
CEPS Saúde	367.960	-
	<u>367.960</u>	<u>-</u>

6.4. Ajuste de vida útil econômica – bens de terceiros

Refere-se a amortização do direito de uso dos bens de terceiros, com base na vida útil econômica ou prazo de vigência dos contratos, dos dois o menor, sendo: Acordo de Cooperação Científica AASDAP (10 anos), Cessão de Uso de Bem Público UFRN (25 anos) e Cessão de Uso de Bem Público SMSM (2 anos).

	2019	2018
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens AASDAP	(3.666.255)	(1.770.882)
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens UFRN	(9.364.572)	(6.748.151)
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens SMSM	(45.995)	-
	<u>(13.076.822)</u>	<u>(8.519.033)</u>

7. Imobilizado

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	2019	2018
TANGÍVEL			
Bens em Uso – Verba Livre			
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	20%	1.099	1.099
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	10%	4.900	-
<u>Depreciação Acumulada</u>		<u>(855)</u>	<u>(513)</u>
Imobilizado Líquido - Verba Livre		5.144	586
Bens em Uso – Contrato de Gestão			
Máquinas e equipamentos	10%	281.891	285.151
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	10%	624.134	612.259
Instalações	10%	159.773	159.773
Veículos	20%	78.960	78.960
Equipamentos médicos	10%	174.760	4.319
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	10%	3.500	-
Aparelhos telefônicos	20%	4.980	4.980
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	20%	738.842	749.571
Outros Imob. - Pedagógicos ou Operacionais	10%	115.884	116.358
Benfeitorias em Bens de Terceiros – UFRN (i)		5.605.646	5.413.433
Benfeitorias em Bens de Terceiros - AASDAP	10%	1.648.333	1.648.333
<u>Amortização/Depreciação Acumuladas</u>		<u>(1.428.605)</u>	<u>(988.427)</u>
Imobilizado Líquido – Contrato de Gestão		8.008.098	8.084.710
Bens em uso – Verba Prefeitura			
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	10%	21.233	22.732
Máquinas e equipamentos	10%	1.485	-
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	20%	1.499	-
<u>Depreciação acumulada</u>		<u>(5.134)</u>	<u>(2.936)</u>
Imobilizado Líquido - Verba Prefeitura		19.083	19.796

Bens em uso – Verba FMS Macaíba			
Máquinas e equipamentos	10%	5.581	3.321
Equipamentos médicos	10%	31.375	24.288
Depreciação acumulada		(7.214)	(3.573)
Imobilizado Líquido - Verba FMS Macaíba		29.742	24.036
INTANGÍVEL			
Marcas e Patentes		14.660	14.660
Intangível – Contrato de Gestão		14.660	14.660

(i) Não iniciou a amortização devido a obra ainda encontrar-se em andamento.

A amortização/depreciação total do período, lançada em despesas é de R\$ 458.196 (R\$ 452.794 em 2018).

A movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2019 segue:

	2018	Adições	Baixas	Transf	2019
TANGÍVEL					
Bens em Uso – Verba Livre					
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	1.099	4.900	-	-	5.999
Depreciação acumulada	(513)	(342)			(855)
Total Verba Livre	586	4.558	-	-	5.144
Bens em Uso – Contrato de Gestão					
Máquinas e equipamentos	285.151	-	(3.260)	-	281.891
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	612.259	11.875	-	-	624.134
Instalações	159.773	-	-	-	159.773
Veículos	78.960	-	-	-	78.960
Equipamentos médicos	4.319	170.441	-	-	174.760
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	-	3.500	-	-	3.500
Aparelhos telefônicos	4.980	-	-	-	4.980
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	749.571	6.169	(16.898)	-	738.842
Outros Imob. - Pedagógicos ou operacionais	116.358	-	(474)	-	115.884
Benfeitorias em bens de terceiros – UFRN	5.413.433	192.213	-	-	5.605.646
Benfeitorias em bens de terceiros - AASDAP	1.648.333	-	-	-	1.648.333
Amortização/depreciação acumuladas	(988.427)	(451.878)	11.700	-	(1.428.605)
Total Contrato de Gestão	8.084.710	(67.680)	(8.932)	-	8.008.098
Bens em uso – Verba Prefeitura					
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	22.732	-	(1.499)	-	21.233
Máquinas e equipamentos	-	1.485	-	-	1.485
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	-	1.499	-	-	1.499
Depreciação acumulada	(2.936)	(2.335)	137	-	(5.134)
Total Prefeitura	19.796	649	(1.362)	-	19.083
Bens em uso – Verba FMS Macaíba					
Máquinas e equipamentos	3.321	2.260	-	-	5.581
Equipamentos médicos	24.288	7.087	-	-	31.375
Depreciação acumulada	(3.573)	(3.641)	-	-	(7.214)
Total FMS	24.036	5.706	-	-	29.742
INTANGÍVEL					
Marcas e patentes	14.660	-	-	-	14.660
Total Intangível	14.660	-	-	-	14.660

8. Obrigações tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contrato de gestão		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	7.750	6.221
IRRF a recolher	1.690	1.156
ISS a recolher	6.636	4.800
	<u>16.076</u>	<u>12.177</u>
Verba Prefeitura		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	1.010	-
IRRF a recolher	215	-
ISS a recolher	277	1.012
	<u>1.502</u>	<u>1.012</u>
Verba FMS Macaíba		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	1.871	-
IRRF a recolher	344	-
ISS a recolher	1.527	-
	<u>3.742</u>	<u>-</u>
	<u><u>21.320</u></u>	<u><u>13.189</u></u>

9. Obrigações sociais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contrato de gestão		
INSS a recolher	13.302	21.484
FGTS a recolher	25.041	41.825
IRRF s/ folha a recolher	59.921	98.209
INSS a recolher – terceiros	13.976	10.155
	<u>112.240</u>	<u>171.673</u>
Verba prefeitura		
INSS a recolher – terceiros	611	1.290
	<u>611</u>	<u>1.290</u>
Verba FMS Macaíba		
IRRF s/ folha a recolher	56.057	15.673
INSS a recolher	14.794	8.532
FGTS a recolher	30.539	12.718
INSS a recolher – terceiros	3.191	109
	<u>104.581</u>	<u>37.032</u>
	<u><u>217.432</u></u>	<u><u>209.995</u></u>

10. Contas a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores	27.697	142.505
Seguros a pagar	11.034	25.148
	<u>38.731</u>	<u>167.653</u>
Verba Prefeitura		
Fornecedores	18.000	22.555
	<u>18.000</u>	<u>22.555</u>
Verba FMS Macaíba		
Fornecedores	26.810	3.791
Empréstimo a pagar – Filiais	998	14.673
	<u>27.808</u>	<u>18.464</u>
	<u><u>84.539</u></u>	<u><u>208.672</u></u>

11. Provisões de férias e encargos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contrato de gestão		
Férias	271.571	530.569
FGTS s/ Férias	21.725	42.445
	<u>293.296</u>	<u>573.014</u>
Verba FMS Macaíba		
Férias	371.603	134.462
FGTS s/ Férias	29.728	10.756
	<u>401.331</u>	<u>145.218</u>
	<u><u>694.627</u></u>	<u><u>718.232</u></u>

12. Contrato de Gestão MEC e Contrato FMS Macaíba - NBC TG 07 (R2)

São recursos financeiros provenientes do Contrato de Gestão firmado com o MEC e do Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde do Município de Macaíba - RN, e tem como objetivo principal, operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, o Instituto presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, o Instituto atendeu NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e a ITG 2002 (R1).

A entidade recebeu desde 2014 até o exercício corrente, bem como suas realizações as seguintes subvenções do Poder Público:

<u>Exercício</u>	<u>Concedente</u>	<u>Recebido</u>	<u>Realizado</u>
2019	Governo Federal – MEC	17.000.000	8.040.779
2019	Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde	2.438.775	3.591.077
2018	Governo Federal – MEC	12.000.000	12.209.425
2018	Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde	2.400.000	2.192.315
2017	Governo Federal – MEC	22.500.000	21.256.594
2017	Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde	3.000.000	894.764
2016	Governo Federal – MEC	20.000.000	19.871.845
2015	Governo Federal – MEC	-	18.626.812
2014	Governo Federal – MEC	29.693.901	4.027.705
		<u><u>109.032.676</u></u>	<u><u>90.711.316</u></u>

Saldos a realizar referente às subvenções recebidas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contrato de gestão	26.563.059	16.862.253
Contrato FMS Macaíba	1.625.388	2.623.458
	<u><u>28.188.447</u></u>	<u><u>19.485.711</u></u>

Valor realizado, referente às subvenções recebidas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contrato de gestão	8.040.779	12.209.425
Contrato FMS Macaíba	3.591.077	2.192.315
	<u><u>11.631.856</u></u>	<u><u>14.401.740</u></u>

13. Provisão para passivos contingentes - NBC TG 25 (R2)

Em atendimento a NBC TG 25 (R2), e respaldado por documentos recebidos da assessoria jurídica, o Instituto figura no polo passivo como responsável subsidiário de ação trabalhista movida por funcionário de empresa terceirizada, cujo risco de perda da ação é provável uma vez que a reclamada principal encontra-se em recuperação judicial. Em 31 de dezembro de 2019 o valor estimado de perda da ação é de R\$ 18.413.

14. Áreas de atuação

14.1. Saúde

Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS):

Com foco na formação, desenvolvimento e educação permanente de profissionais de saúde, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e políticas educacionais, o CEPS realizou 46.130 atendimentos, exclusivamente aos usuários do SUS, nas seguintes áreas: Pré-natal; Serviço de Assistência Especializada às gestantes e crianças vivendo com HIV/AIDS (SAE Materno-infantil); Infectologia na Gravidez; Medicina Fetal; Puericultura; Pediatria; Neurologia Infantil; Eletroencefalografia; Ultrassonografia; Fisioterapia em Neuropediatria e Estimulação Precoce do Recém-nascido; Fisioterapia na Saúde da Mulher; Psicologia Adulto e Infantil; Serviço Social e Laboratório de Análises Clínicas.

Durante o ano, foram recebidos 381 alunos dos cursos de graduação da UFRN para o desenvolvimento de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. As ações e programas de integração ensino-pesquisa-extensão e de ação social e comunitária alcançaram 9.715 beneficiários diretos.

14.2. Pesquisa científica

Centro de Pesquisa do IIN-ELS de Macaíba

O Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS) oferece, desde 2013 o Programa de Pós-Graduação em Neuroengenharia (PPGN), credenciado pela CAPES em 2013 (33280010001P2), responsável pelo primeiro curso de mestrado na área reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O PPGN é um programa multidisciplinar inserido na área de Engenharia Biomédica que possui duas linhas de pesquisa: Interface Cérebro-Máquina e Neuromodulação. Por meio da neuroengenharia se busca compreender o Sistema Nervoso Central (SNC) e desenvolver tratamentos e tecnologias ainda inexplorados para desordens neurológicas, como a restauração de funções sensoriais, motoras e cognitivas.

Em 2019, 38 alunos estavam matriculados e foram realizadas 19 defesas de teses. Dentre os 14 egressos do ano 2018, 12 atuam no setor produtivo, em suas respectivas áreas de formação ou na academia como docentes e discentes; um está se preparando para o doutorado enquanto atua de forma autônoma em sua área de formação; e um atua em mercado diverso da sua área de formação. Isso representa um aproveitamento de 93% diante da meta pactuada de 90%.

Foram publicados 9 artigos científicos em periódicos indexados e 9 capítulos de livros, com 89% de pesquisadores autores do ISD, superando a meta pactuada de 85%. No mais, novos laboratórios foram abertos para usuários externos, alcançando 3,9% de ocupação das instalações por colaborações com pesquisadores de outras instituições, acima da meta pactuada de 3%.

14.3. Atendimentos no âmbito da saúde

A atividade para fins de CEBAS do INSTITUTO, se dá exclusivamente pela saúde, por meio da mantida Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi, unidade exclusiva para atendimento ambulatorial e reabilitação.

Devido ao fato do atendimento ser somente para usuários SUS, a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), os atendimentos prestados. Por não haver atendimentos Não-SUS, não constará informações no Sistema de Comunicação e Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA).

No quadro abaixo, demonstra-se, o quantitativo dos Atendimentos Ambulatoriais Realizados e o percentual atingido:

	<u>2019</u>
Quantidade de procedimentos ambulatoriais SUS	<u>36.003</u>
Ambulatorial SUS	36.003
Percentual SUS final ao CEBAS	100%

15. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Entidade optou pelo método INDIRETO na elaboração do Fluxo de Caixa.

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Financiamento são as seguintes:

- Contrato de Gestão MEC, Verba Prefeitura e Verba FMS Macaíba

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

- Imobilizado

16. Seguros

O Instituto mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir sinistros dos seus bens patrimoniais e bens de terceiros.

17. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e não possuía em 31 de dezembro de 2019, quaisquer transações como interveniente garantidora.

18. Patrimônio líquido

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Patrimônio Social	252.857	406.094
	<u>252.857</u>	<u>406.094</u>

18.1. Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio social do Instituto é de R\$ 252.857 (R\$ 406.094 em 2018). Na composição deste saldo, houve a transação usual de reconhecimento do superávit do exercício anterior com aumento do patrimônio social no exercício vigente.

18.2. Destinação do superávit (déficit) /aumento (redução) de patrimônio social

Por ser entidade sem fins lucrativos, o Instituto não remunera, sob nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. O superávit do exercício de 2018 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e NBC ITG 2002 (R1) em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social. O déficit do exercício de 2019 será subtraído do Patrimônio Social.

19. Receita

	2019	2018
Receita Operacional – MEC		
Contrato de Gestão-Realizado (Nota 13)	8.040.779	12.209.425
Voluntários (+)	26.460	19.866
Isenções	1.724.886	553.801
	<u>9.792.125</u>	<u>12.783.092</u>
Receita Operacional - Prefeitura (SUS)		
Prestação de Serviços	206.774	162.325
Convenio Prefeitura	-	360.004
(-) Cofins	-	(4.300)
	<u>206.774</u>	<u>518.029</u>
Receita Operacional - Verba Livre		
Doações	2.500	12.935
	<u>2.500</u>	<u>12.935</u>
Receita Operacional - FMS Macaíba		
Contrato FMS Macaíba-Realizado (Nota 13)	3.591.077	2.192.315
	<u>3.591.077</u>	<u>2.192.315</u>
Receita Líquida	<u><u>13.592.476</u></u>	<u><u>15.506.371</u></u>

20. Natureza das despesas e custos reconhecidos na demonstração do resultado

O Instituto apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos baseados em sua função. As informações sobre a natureza das principais despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Resumo das despesas operacionais		
Gastos com pessoal e encargos	(7.947.926)	(9.439.169)
Depreciação e amortização	(458.196)	(452.794)
Serviços profissionais	(2.565.317)	(3.641.954)
Ocupações, Utilidades e Serviços	(425.694)	(505.088)
Locações Diversas	(48.686)	(81.032)
Despesas administrativas	(482.776)	(584.702)
Despesas com Viagens	(63.422)	(60.387)
Despesas Tributárias	(30.428)	(125.713)
Voluntários	(26.460)	(19.866)
Isenções	(1.724.886)	(553.801)
	<u>(13.773.791)</u>	<u>(15.464.506)</u>
Detalhamento das despesas operacionais:		
MEC		
Despesas Gerais - Sede	(2.220.923)	(2.575.526)
Despesas Gerais - CP IIN-ELS Macaiba	(4.028.277)	(4.831.905)
Despesas Gerais - CEP Saude	(1.730.307)	(3.705.077)
Despesas Gerais - CEC Macaiba	(3.160)	(78.714)
Despesas Gerais - CEC Serrinha	(3.568)	(186.093)
Despesas Gerais - CEC Natal	(2.410)	(207.045)
Despesas Gerais - Campus do Cerebro	(52.134)	(625.065)
Voluntários	(26.460)	(19.866)
Isenções	(1.724.886)	(553.801)
	<u>(9.792.125)</u>	<u>(12.783.092)</u>

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PREFEITURA		
Despesas Administrativas	(367.329)	(454.035)
Despesas Tributárias	(332)	(2.255)
	<u>(367.661)</u>	<u>(456.290)</u>
LIVRE		
Despesas Administrativas	(21.294)	(32.715)
Despesas Tributárias	(1.634)	(95)
	<u>(22.928)</u>	<u>(32.810)</u>
FMS - Macaíba		
Despesas Administrativas	(461.572)	(402.191)
Despesas com Pessoal	(3.127.124)	(1.766.550)
Despesas Tributárias	(650)	(22.225)
Despesas financeiras	(1.731)	(1.348)
	<u>(3.591.077)</u>	<u>(2.192.314)</u>
	<u><u>(13.773.791)</u></u>	<u><u>(15.464.506)</u></u>

21. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras – Prefeitura	9.908	15.665
Rendimento com aplicações financeiras – Verba livre	679	962
	<u>10.587</u>	<u>16.627</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias – Prefeitura SUS	(1.607)	(1.003)
Despesas bancárias – Verba livre	(1.073)	(2.030)
	<u>(2.680)</u>	<u>(3.033)</u>
Resultado financeiro	<u><u>7.907</u></u>	<u><u>13.594</u></u>

22. Voluntário

Conforme ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade.

O montante desse serviço em 2019 corresponde a R\$ 26.460 (R\$ 19.866 em 2018). O valor ora realizado está registrado em contas específicas e reconhecido na receita e na despesa.

23. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis, assim como obrigações a pagar e outras dívidas cujos valores são aproximados aos respectivos valores de mercado.

O Instituto não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como derivativos.

23.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas como de primeira linha.

23.2. Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela administração da Entidade.

23.3. Demais riscos financeiros

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, o Instituto não está sujeito aos fatores de risco com: (a) taxas de câmbio; (b) risco com preço de mercadorias vendidas ou insumos adquiridos; (c) risco significativo de estrutura de capital.

24. Isenção de contribuição para seguridade social

Por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, o Instituto obteve, em 04 de outubro de 2018, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, que tem validade por 3 (três) anos.

O valor relativo à isenção previdenciária, como se devida fosse, gozado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.724.886 (R\$ 553.801, em 2018), tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos.

24.1. Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

As aplicações dos recursos em gratuidades atenderam ao que preceitua a Constituição Federal no artigo 195, III, § 7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendem as exigências estabelecidas em lei.

25. Eventos subsequentes

A Administração do Instituto considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2019 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 14 de fevereiro de 2020.

25.1. Termo de Convênio – Fundo Municipal de Saúde

Em 02 de janeiro de 2020, a Entidade firmou Termo de Convênio com o Fundo Municipal de Saúde do Município de Macaíba-RN, com o objetivo de prestar serviços de atenção ambulatorial especializada em reabilitação: Auditiva, Física e Intelectual, realizando diagnósticos, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva à serem prestados em caráter complementar a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

O incentivo financeiro, oriundo do Fundo Nacional de Saúde, possui valor mensal de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme estabelecido na Portaria nº 835 GM/MS de 25 de abril de 2012 e Portaria nº 2.617 GM de 01 de novembro de 2013.

A Entidade também poderá ser remunerada mediante emissão de faturas por serviços prestados conforme Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP/DATASUS/MS), e o valor mensal estimado é de R\$ 124.343,29 (cento e vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais e vinte e nove centavos).

25.2. Termo de Convênio – Secretaria Municipal de Saúde

Em 02 de janeiro de 2020, a Entidade firmou Termo de Convênio com a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Macaíba-RN, com o objetivo de oferecer a população de Macaíba-RN, usuários do Sistema Únicos de Saúde (SUS), serviços de saúde especializados para atender a demanda de atenção pré-natal, gravidez de alto risco, medicina fetal, infectologia na gravidez bem como todo atendimento compreendido dentro do Serviço de Atenção Especializada às Gestantes de Crianças vivendo com HIV/AIDS.

A Entidade será remunerada mediante atendimentos realizados conforme tabela anexa ao Termo de Convênio, e o valor mensal estimado poderá chegar a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

25.3. Aditivo Supressivo ao Contrato de Cessão de Uso de Bem Público - UFRN

Em razão do atual cenário, no âmbito do Contrato de Gestão, e, atendendo a recomendação do Tribunal de Contas da União - TCU, para uso efetivo da área não utilizada pelo Instituto, com a implantação do Parque Científico e Tecnológico do Rio Grande do Norte, em 17 de janeiro de 2020, a Entidade assinou o Aditivo Supressivo ao Contrato de Cessão de Uso de Bem Público com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Com a assinatura do documento, que tem natureza de Distrato Parcial, foi registrada a devolução total da edificação denominada Escola Lygia Laporta e parcial da Gleba, bem como todas as benfeitorias físicas realizadas no período sob a gestão do Instituto.